

Entre o 157 e as “Correrias”: as Dinâmicas da Violência e do Crime em Fortaleza

*Suaiany Silva de Moraes**

Resumo:

O presente artigo busca analisar as modalidades de crimes mais encontradas ao longo do território do bairro Benfica, localizado na região central da cidade de Fortaleza, Ceará, Brasil. A partir de um relato etnográfico, privilegiam-se as narrativas no entorno dos seus acontecimentos, focalizando o crime comum patrimonial e as disputas pelos mercados ilícitos da droga. Problematiza a transição de um crime disperso para o crime “faccionalizado”; de um mercado de drogas fragmentado para um mais concentrado com tentativas de homogeneização. Os dados aqui discutidos são oriundos de pesquisa realizada em parceria com moradores locais do bairro, com o objetivo de conhecer os seus “modos”, seus “corres”, caminhadas, trajetórias de vidas e maneiras de fazer marcas pelas adversidades das “correrias”.

Palavras-chave: Faccionalização. Crime. Assalto. Tráfico. Etnografia.

* Universidade Federal do Ceará. E-mail: suiany.silva@gmail.com

Between 157 And The "Correrias": The Dynamics Of Violence And Crime In Fortaleza

Abstract:

This article seeks to analyze the most common types of crime found throughout the territory of the Benfica neighborhood, located in the central region of the city of Fortaleza, Ceará, Brazil. Based on an ethnographic report, the narratives surrounding its events are privileged, focusing on common patrimonial crime and disputes over illicit drug markets. It problematizes the transition from dispersed crime to factionalized crime; from a fragmented drug market to a more concentrated one with attempts at homogenization. The data discussed here come from a research carried out in partnership with local residents of the neighborhood, with the aim of getting to know their "ways", their "runs", walks, life trajectories and ways of doing things marked by the adversities of the "runs".

Keywords: Factionalization. Crime. Assault. Traffic. Ethnography.

Entre 157 Y Las "Correrias": La Dinámica De La Violencia Y Del Crimen En Fortaleza

Resumen:

Este artículo busca analizar los tipos de delitos más comunes en todo el territorio del barrio Benfica, ubicado en la región central de la ciudad de Fortaleza, Ceará, Brasil. A partir de un informe etnográfico, las narrativas que rodean sus hechos son privilegiadas, centrándose en el crimen patrimonial común y las disputas por los mercados ilícitos de drogas. Cuestiona la transición de un crimen disperso a un crimen dividido en facciones; de un mercado de drogas fragmentado a uno más concentrado con intentos de homogeneización. Los datos aquí discutidos provienen de una investigación realizada en alianza con vecinos del barrio, con el objetivo de conocer sus "caminos", sus "correrías", paseos, trayectorias de vida y formas de hacer las cosas marcadas por las adversidades de las "correrías".

Palabras clave: Faccionalización. Crimen. Asalto. Tráfico. Etnografía.

Introdução

O presente artigo busca analisar, a partir de um relato etnográfico, as modalidades de crimes mais encontradas ao longo do território do bairro Benfica, localizado na região central da cidade de Fortaleza, no estado do Ceará. Privilegiam-se as narrativas no entorno dos seus acontecimentos: o crime comum patrimonial e as disputas pelos mercados ilícitos da droga, problematizando a transição de um crime disperso para o faccionalizado e de um mercado de drogas fragmentado para um mais concentrado com tentativas de homogeneização.

Na última década, as pesquisas sobre violência e homicídio situam a cidade de Fortaleza entre as cidades mais violentas do país: na pesquisa do ano de 2012 do Instituto Igarapé, Fortaleza aparece na terceira posição entre as cinco cidades com mais de 1,5 milhão de habitantes nas Américas e Caribe com as maiores taxas de homicídios, 76,8 por 100 mil/habitantes; já no Anuário Brasileiro de Segurança Pública (Lima et al., 2014), Fortaleza aparece com a maior taxa de crimes de morte no país: 77 homicídios por 100 mil pessoas, mais do que o dobro da média das demais capitais, que era de 33 por 100 mil. O Atlas da Violência (Cerqueira, 2019) destaca uma taxa de homicídios estimada em 87,9% por 100 mil habitantes.

O Diagnóstico dos Homicídios no Brasil (2015) aponta um cenário preocupante quando trata de outro elemento que compõe a engrenagem da violência no estado do Ceará. Nesse diagnóstico, o estado desponta com a maior taxa de roubos no Nordeste, com 106,6 roubos por 100 mil/habitantes e a cidade de Fortaleza aparece em terceiro na região, com uma taxa de 245,9 mil roubos para 100 mil habitantes, ficando atrás apenas das cidades de Maracanaú (246,4 mil roubos/100 mil/residentes), também localizada no estado do Ceará, e Mossoró (295,0 mil roubos/100 mil/pessoas), na divisa do Rio Grande do Norte com o Ceará. Em relação à sensação de insegurança, o estado do Ceará apresen-

ta uma alta taxa de vitimização, 38,8% por 100 mil/habitantes, ficando atrás apenas do Rio Grande do Norte, com uma taxa de 44,2% por 100 mil/habitantes.

O surgimento, expansão e suposta consolidação das ações das facções criminais na cidade de Fortaleza, Comando Vermelho (CV)¹, Primeiro Comando da Capital (PCC)², Família do Norte (FDN)³ e Guardiões do Estado (GDE)⁴, complexificam ainda mais esse cenário com as disputas pelos mercados ilegais. Esses coletivos buscam normatizar mercados e territórios a partir dos seus próprios valores, organizando hierarquicamente, definindo papéis nessa engrenagem, ampliando o acesso às armas de fogo, anexando comunidades, expulsando famílias e criando elementos próprios de governança local. Todos esses contextos colaboraram tanto para o aumento dos números relacionados à violência

1 "As principais organizações criminosas do tráfico a varejo no Rio de Janeiro surgiram no sistema penitenciário durante a ditadura militar. [...] passaram a designar-se primeiramente como "Falange Vermelha" e, depois, pela imprensa, como "Comando Vermelho" (CV), o nome que finalmente prevaleceu [em 1979]. [...] Seu lema, então, era: "Paz, Justiça e Liberdade". [...] Entre 1982 e 1985 consolidou-se um modelo de organização interligando em uma rede as quadrilhas atuantes no varejo, com base na proteção oferecida pelo CV no sistema penitenciário. Em cada território dominado pelo tráfico organizou-se uma divisão de trabalho e uma hierarquia de poder [...]." (Misse, 2011, p. 18).

2 O Primeiro Comando da Capital surge em agosto de 1993 no sistema penitenciário paulista e logo se espalha pelas ruas da cidade de São Paulo. Tem como ideia base a necessidade de união e paz entre os bandidos e contra o "sistema" (Manso e Dias, 2017). Para o PCC como "movimento" ver Biondi, 2014.

3 De origem indefinida, a Família do Norte (FDN) emerge como alianças entre grupos criminais interessados no monopólio do comércio de atacado e varejo do tráfico de drogas, sobretudo cocaína e maconha, na cidade de Manaus, e na hegemonia sobre as rotas comerciais que permitem levar as mercadorias ilícitas dos produtores, na Colômbia e no Peru, ao mercado externo. Disputa ainda o domínio e a hegemonia da população carcerária no estado Amazonas (Siqueira, 2017).

4 Criada em 2015, especula-se que sua origem tenha ocorrido a partir de uma torcida organizada no bairro Conjunto Palmeiras (Fortaleza - CE). É uma facção descentralizada, que tem uma liderança em cada bairro, atua fortemente no tráfico de drogas, arregimenta menores de idade e tem uma intensa dose de crueldade nas suas ações. Estima-se que, entre 2016 e 2019, o agrupamento já tenha lavado mais de 10 milhões de reais. Atualmente, sua capilaridade e atuação foram ampliadas para outros estados do Nordeste, como o Rio Grande do Norte.

como para a produção de uma sensação de insegurança latente e pulsante na sociedade que levam a processos de precarização da vida e estigmatização dos territórios e de seus moradores.

O que aqui é chamado processo de “faccionalização” do crime são os eventos e acontecimentos que indicam uma maior ação de grupos criminais advindos de outros estados, como o CV, o PCC e a FDN, que passam, após o processo de “pacificação” no final de 2015 e início de 2016, a arregimentar e “batizar” membros em comunidades de Fortaleza que já eram conhecidas pela atuação no varejo do tráfico de drogas. Em paralelo a isso, foi gestado um grupo criminal regional denominado GDE, cujas ações se caracterizam pela violência, crueldade e a participação de menores de idade no cometimento dos crimes. Durante esse processo, houve uma mudança na forma de ser o crime no local, pois agora entram outros elementos: a ampliação do uso das armas de fogo de maior impacto e letalidade e, com isso, o aumento da tensão e da possibilidade de conflito “em qualquer local”; a busca por hegemônica do comércio de drogas, com conflitos diversos entre antigos e novos aliados, sucessivas tentativas e execuções (Moraes & Siqueira, 2018); e os esforços pela imposição de regras de mercado através de variadas categorias microrregulações.

A complexificação das disputas no entorno dos territórios e dos mercados ilícitos de drogas nos últimos anos acirra a letalidade do conflito, em especial de jovens, principalmente com o aumento da circulação de armas de fogo. Esse cenário de violência e insegurança atinge tanto bairros considerados “seguros e de classe média” como aqueles considerados “periféricos e violentos”. O caráter difuso dessa violência relaciona-se, como aponta Barreira (2013, p. 224), “[...] com a possibilidade de que todos, independentemente de sexo, idade ou classe social possam ser vítimas de práticas classificadas como violentas, presentes em diversificadas situações sociais.”, não se relacionando com ser ou não ser envolvido. Com a violência difusa, há o aumento da sensação de insegurança difusa, uma impressão que, como no

caso do bairro Benfica, não reverbera nas estatísticas locais e se aprofunda a partir de elementos como os boatos, a mídia e da intensa disputa pela regulação dos mercados, que toma como arenas áreas de uso comum e coletivo como as praças.

No bairro, o avanço da violência urbana é algo que remete, principalmente, às ameaças à integridade físico-pessoal e ao patrimônio material, representadas pela expansão das ações violentas em todas as áreas, gerando um impacto na vida cotidiana dos usuários e moradores. Nesse contexto, os atos violentos ao longo do território compõem as cenas cotidianas da violência difusa, sobretudo com a efetivação de crimes comuns contra o patrimônio. No bairro Benfica, diferentemente de outras comunidades normatizadas pelo crime na cidade de Fortaleza nas quais são proibidos os roubos e os furtos, não há proibições que limitam ou inibem essas práticas.

Ao olhar os dados gerais da AIS 5⁵ referentes ao ano de 2020, é possível verificar a diminuição da apreensão de drogas (cocaína, crack e derivados de maconha), quando comparado aos anos de 2019 e 2018, e um aumento no número de notificações referentes aos crimes violentos contra o patrimônio e furtos. Ainda de acordo com esses dados, é possível constatar uma ampliação no volume de crimes contra o patrimônio (CVP) notificados, aqueles crimes que envolvem roubo a pessoa, residência, com restrição de liberdade da vítima, de carga e roubo de veículos, exceto latrocínio, colocando a área com maior quantidade de ocorrências dessas categorias de delitos, com 5801 notificações em 2018, 4240 em 2019 e 4573 em 2020. Esse aumento pode ser observado nas narrativas de medo e insegurança que se espalham pelo bairro, ampliando cada vez mais a crescente da sen-

5 O estado do Ceará é dividido em Áreas Integradas de Segurança. A AIS 5 corresponde aos bairros: Parangaba, Vila Pery, Itaoca, Itaperi, Dendê, Pan Americano, Jardim América, Benfica, Demócrito Rocha, Couto Fernandes, Montese, Damas, Bom Futuro, Vila União, José Bonifácio, Parreão, Fátima, Serrinha e Aeroporto.

sação de que você poderá ser a próxima vítima da violência e da criminalidade, uma sensação difusa do medo.

1. Os caminhos da pesquisa

Os dados aqui trabalhados são frutos de pesquisa de campo etnográfica realizada ao longo de dois anos no bairro Benfica (entre 2016 e 2018), onde os caminhos trilhados foram se abrindo gradualmente, na interação e convivência diária nos cotidianos dos interlocutores. Mantive conversas formais e informais, nas calçadas, nas casas e nos comércios. Tomei café na casa dessas pessoas e, em algumas delas, conquistei o status de “de casa” e uma liberdade maior de interação e de perguntas. Compareci a festas familiares e privadas, aniversários infantis, almoços de confraternização e churrascos. Travei longas e incontáveis conversas em mesas de bar. Frequentei comércios formais e informais (churrasquinho de rua, bares, restaurantes e casa de show), legais e ilegais. Frequentei festas fora do bairro e até cheguei a viajar com aqueles com os quais eu construí uma maior proximidade.

Durante a pesquisa, segui ganhando a confiança, convidada a fazer parte do cotidiano deles e levada a perceber os meandros das redes legais e ilegais nas quais eles estavam inseridos, além das dificuldades causadas pelas desigualdades e a negação de seus direitos sociais e civis mais elementares. Dessa forma, avancei no entendimento sobre as demandas e as adversidades das comunidades, bem como as ações e os anseios dos “envolvidos” no comércio local da droga e nas teias dos ilegalismos. Gradualmente, fui percebendo os fluxos que engendram os mercados ilícitos e um *modus operandi* da criminalidade local que envolve agentes corruptos do Estado, com o pagamento de arrego, tramas envolvendo grandes volumes de drogas e armas de fogo, em especial maconha, cocaína e crack, e disputas violentas pelo território local cuja força reguladora é a arma de fogo.

Criminosos, não-envolvidos, familiares, usuários, moradores e frequentadores do bairro foram os atores com as quais tive contato e pude construir uma rede de interlocução. Desenvolvi uma pesquisa engajada que vive e convive com os dramas cotidianos desses grupos, em uma constante busca de um posicionamento ético-científico voltado para uma melhor e mais rica compreensão dos fenômenos sociais, tendo como base o respeito aos indivíduos e grupos investigados. Encontrei ótimas condições para as conversas que desenvolvi, mesmo abordando temas por vezes espinhosos e lidando com pessoas que, muitas vezes, estão em conflito com a lei. Em alguma medida, não pude participar, em conjunto com os interlocutores, das suas vivências. Para ir além da empatia, havia barreiras éticas claras das quais eu não pretendia transpor, visto que não haveria como eu participar das “paradas⁶” que eram narradas para mim, nesse caso eu apenas as escutava.

Com o tempo, passei a buscar outras vivências com esses sujeitos e fui fazendo um circuito muito particular da comunidade: almoçar em uma marmitaria⁷ de um morador local, consertar roupas com outro, comer o churrasquinho de um terceiro, sentar na calçada à noite para comer um pratinho de comida típica ou simplesmente ir para “jogar conversa fora”. Mas nada era aleatório ou sem sentido, pois cada ida a campo rendia conversas sobre os mais variados assuntos, desde as disputas travadas, ou sobre os roubos e furtos que “os meninos” realizavam, acerca dos conflitos envolvendo o uso e a venda de entorpecentes, até elementos sobre os históricos dos mercados ilegais no bairro.

As conversas foram conduzidas de maneira espontânea, sem o uso de instrumentos clássicos de pesquisa, como roteiro de en-

6 Parada é um termo nativo que designa a participação em atividades ilegais, tanto relacionadas ao tráfico como a outras modalidades de crime. O mesmo termo admite variadas acepções semânticas, utilizado tanto para as ações (“tô indo fazer uma parada”) como para mercadorias ilícitas (“tô indo deixar uma parada”).

7 Restaurante popular que vende comida no estilo prato feito, para consumo no local, e em marmitas, para viagem.

trevista e gravador. Nessas, os temas eram os mais diversos possíveis e eu ficava lá até que chegássemos a um tema que eu tinha interesse em compreender. Levei um tempo para conseguir perguntar sobre o “mundo do crime” onde eles estavam inseridos, priorizei, de início, desenvolver relações de confiabilidade em campo para poder, a partir disso, chegar a perguntas que poderiam ser mais delicadas ou difíceis de responder. Com o tempo, meus interlocutores principais passaram, eles mesmos, a perguntar aquilo sobre o qual eles sabiam que eu iria me interessar.

O enfoque no método etnográfico como chave se deu justamente por conta das peculiaridades do objeto de pesquisa. Dessa forma, a observação, a participação e a reflexão foram a chave do método, juntamente com a constante postura reflexiva sobre o meu papel como sujeito que observa, participa, relaciona e discute com os atores (Espinosa, 2009). Diante do exposto, a pesquisa foi ancorada, fundamentalmente, em incursões etnográficas e teve, na ferramenta do diário de campo, o material empírico prioritário, construindo, dessa forma, uma pesquisa fincada no artesanato intelectual, sem perder, no entanto, uma conexão com o contexto geral de disputa no qual a cidade de Fortaleza estava inserida naquele momento.

2. Lócus da pesquisa

O Benfica é visto como um bairro histórico, tradicional, universitário e residencial. O processo de povoamento da cidade de Fortaleza teve início na Praia de Iracema, passando pelo Centro, Jacarecanga e foi se expandindo até chegar no Benfica. Naquele período, o bairro era considerado periférico desse espaço povoado entre 1600 e 1850. Essa característica vai mudando com o passar do tempo e a ocupação de outros espaços ao longo do território da cidade marcou no presente o Benfica como um bairro central e de classe média. Outro elemento que compõe a imagem do bairro é o Estádio Presidente Vargas, que recebe jo-

gos do Campeonato Cearense de Futebol desde 1941; e o Ginásio Municipal Aécio de Borba. Esses fazem do elemento esporte algo muito presente no cotidiano do bairro, estando inclusive ligado diretamente à sensação de insegurança, que relaciona os dias de jogos ao aumento da percepção de proximidade com a violência, com relatos de assaltos, furtos e até mesmo arrastões.

No contraponto a esse bairro de classe média, o local abriga comunidades híbridas e heterogêneas, caracterizadas por um cotidiano perpassado por adversidades e violações de direitos humanos e sociais. Por um lado, o bairro, localizado na região central de Fortaleza, há apenas três quilômetros do centro da Cidade, é alimentado por uma ampla rede de infraestrutura urbana com transporte público (ônibus e metrô), universidades, escolas, rede de energia elétrica, de distribuição de água e tratamento de esgoto e alguns órgãos públicos como o IBGE. Por outro lado, é composto por cinco comunidades — Povo Guerreiro, Sumaré, Maresia, Realeza e Estrela — com pouca ou nenhuma infraestrutura urbana, demarcando uma forte existência de uma estratificação espacial.

Contrastando com bairros de classe média comumente vistos, nessas comunidades encontramos esgoto ao ar livre, “gatos” de energia, internet e falta de tratamento de esgoto, coleta de lixo, iluminação pública e segurança. Nelas, a relação com a polícia é sempre narrada como conflituosa, ademais, há a presença do crime faccionalizado em quatro dessas comunidades. Esses locais foram anexados e definidos como território dos coletivos criminais (CV, GDE, PCC e FDN), em um processo que ocorreu de dentro das prisões para a rua e que engendrou em uma série de novos acordos, regras morais e conflitos, sendo os dois primeiros responsáveis pelo maior volume das disputas na rua, iniciando um ciclo de mortes e vinganças que perdura até os dias atuais. Esse cenário só foi alterado após a chacina do Benfica, que ocorreu em março de 2018 em uma das principais praças do bairro. Esse episódio deixou sete mortos e mais de 20 feridos

e colaborou para o avanço de uma dessas facções, o CV, e uma frágil hegemonia.

3. Os assaltos e a circularidade das dádivas roubadas

[...] tô na pista é pra comer bem, me vestir bem, gosto da Nike, chego e compro logo e gosto de tudo, como tô agora: o chinelo, a bermuda e a camiseta, tudo Nike. As gatinhas gostam de ver a gente nos panos [...]. Cleiton, 16 anos.

Cleiton, interlocutor da pesquisa, era um rapaz muito simpático e gentil, tido como um cavalheiro, um homem de boas intenções. Sua trajetória de vida foi, em simultâneo, intensa e curta. Menor de idade, iniciou o envolvimento com o “mundo do crime” aos 12 anos por influência de alguns familiares. Nascido e criado em uma das comunidades do bairro, rapidamente ele ascendeu e, com o seu irmão Diogo, passou a fazer o controle do mercado de maconha e cocaína, no varejo e no atacado, na comunidade em que moravam. Antes de sua execução, tivemos várias oportunidades de conversas nas quais ele me contou como entrou nessa “vida” e narrava as negociações de pequeno e médio porte que ele estava envolvido. Uma das suas principais motivações para o envolvimento era a possibilidade de consumir produtos de relevância mercadológica, que possibilitariam alguma espécie de status social (roupas e acessórios de marca, comidas no estilo *fast food* e joias de ouro).

As comunidades do bairro costumam ser referenciadas nas narrativas como reduto de assaltantes e estelionatários. Os assaltos aconteciam no entorno das próprias comunidades “[...] antes era ali perto do Mercado São Sebastião que eles assaltavam, isso os mais velhos, os de antigamente, os de hoje assaltam ali na UFC mesmo [...]”, me explicou Antônio. Falas como essa se multiplicam nas narrativas de moradores e frequentadores do espaço imprimindo um estigma social (Goffman, 2012) muito forte e

tão marcante que parece que morar em uma das comunidades locais é suficiente para ser rotulado. Certa vez eu fui em uma rua, próxima a uma das comunidades, encontrar a Juliene e ela atrasou cerca de meia hora, nesse período passaram vários jovens do local por mim. Quando ela chegou, sua reação foi muito sintomática desse estigma assinado pelo local de moradia:

Juliane: "Desculpa o atraso, eu tava resolvendo umas coisas. Fiquei preocupada com você, com medo de tu ser assaltada [...]."

Eu: "Tudo bem, esperei encostada no carro, só passaram os meninos do *Povo Guerreiro* por aqui."

Juliane: "Ufa, então os que poderiam te assaltar passaram direto [risos ao final da frase]". (Trecho retirado do diário de campo).

A alta taxa de subnotificação no bairro e o baixo número de inquéritos policiais que se efetivam a partir dos registros das ações criminosas levam a uma impressão de um local tranquilo. Contudo, diversas narrativas dão conta dos assaltos realizados pelos jovens moradores das comunidades e pelos "passantes". Nas narrativas desses, os espaços do bairro são sempre oportunidades de negócios: seja através do assalto, seja através do comércio da droga. Esses usos se justificam, para eles, de muitas formas: "[...] lá a gente tem cliente [...]", conta um vendedor de maconha no varejo. "[...] tem um monte de playboy que vem pra cá e a gente tem que ganhar alguma coisa [...].", ressalta um jovem assaltante morador de uma das comunidades. Os assaltos realizados pelos jovens moradores das comunidades locais costumam, em geral, ter o mesmo *modus operandi*: há a elaboração de um sistema de reconhecimento de uma vítima em potencial, em que são identificadas aquelas consideradas "fáceis", mulheres, jovens e idosos solitários ou em pequenos grupos, entrando ou saindo de carros e residências; e que estejam em ruas de pouca circulação de pessoas. "[...] é que tem uns que é fácil demais, às vezes eu nem quero fazer sabe, mas é tão fácil que nego

não deixa passar [...]”, me narrou Estevão, 20 anos, em uma das nossas inúmeras conversas.

A elaboração da efetivação dessa categoria de crime pelos interlocutores considera questões objetivas e racionais, contudo, perpassa uma série de pontos estruturais, tais como: as desigualdades sociais, a ausência de oportunidades de trabalho e renda lícitos e um conjunto de estigmas que um jovem negro, com baixa escolaridade, egresso do sistema penal e morador de comunidade periférica carrega consigo. Diante disso, a efetivação de assaltos é a parte mais visível da precarização da vida.

Uma parte dos assaltos são efetivados pelos passantes, categoria que se refere às pessoas que não moram no local, nem próximo, e que se aproveitam da passagem pelo bairro para praticar o crime de assalto. Cabe destacar que o bairro é um local de grande movimento, com muitas vias de acesso e fuga, o que, de certa forma, facilita essas ações. Um dos casos mais emblemáticos dessa espécie de crime foi realizado por uma dupla de jovens moradores do bairro da Messejana, distantes cerca de 13 quilômetros do bairro Benfica, que abordou a tia de um “envolvido” em posse de um simulacro de arma de fogo e tomou de assalto seu carro. Antônio, o sobrinho da vítima, acionou os “contatos” no “mundo do crime” e logo descobriu quem e de onde eram os assaltantes. Em posse da informação, ele exigiu do seu “patrão” a devolução do carro, que foi prontamente atendido pelo “patrão” da outra área. Essa busca, contudo, só foi possível por serem os dois “patrões” do mesmo coletivo criminal.

Muitas das “ações”, dos passantes e dos locais, ocorrem com o porte de arma de fogo, ou um “simulado”, réplica, que muitas vezes é de brinquedo, ou uma arma branca para impor o medo no “enquadramento” da vítima. O elemento surpresa é amplamente utilizado, com abordagens oportunistas e uma espécie de “*ethos* guerreiro”, adquirido, em geral, através do uso de substâncias

ilícitas como o crack, a cocaína e a “rocha”⁸, na tentativa de reforçar uma certa cultura da virilidade. Muitos dos interlocutores com os quais pude conversar preferem fazer suas “paradas” sob efeito de alguma dessas drogas, a justificativa para o uso é tentar se precaver de sentir qualquer coisa relativa à culpa, medo ou ansiedade na hora da efetivação do crime, ou até mesmo dor em caso de ser abordado pela polícia ou outro.

Essas práticas aparecem inclusive como aspecto de socialização nas comunidades em algumas narrativas, como aponta o trecho abaixo:

[...] eu sempre gostei de andar na favela, mas minha mãe não era pobre, então eu ia pra favela brincar com os meninos. Naquela época eles roubavam o povo que tava na janela do ônibus e depois corria pra dentro da casa do Paulinho. Aí a gente ficava lá um tempão até a poeira baixar e a gente ir de novo. [...] Até hoje eles assaltam e correm pra dentro [da comunidade] e lá ninguém acha. (Antônio, 33 anos. Trecho retirado do diário de campo).

A prática do assalto (157 em alusão ao código penal brasileiro), tradicionalmente, é uma ação que dá prestígio social no mundo do crime, além de render uma série de mercadorias trocadas e/ou vendidas, gerando uma “circularidade das dádivas roubadas”. Corroborando com essa tradição, no bairro Benfica, as narrativas de roubos e furtos se multiplicam no entorno das comunidades do bairro, imprimindo um estigma social que rotula, muitas vezes, os jovens moradores dessas. As falas e os boatos referentes a essas ações amplificam a sensação de insegurança, que você

⁸ “Rocha” é um termo nativo que se refere ao remédio tarja preta Rivotril. Muito comum na efetivação das ações criminosas, é indicado no tratamento de crises epiléticas, espasmos infantis, transtornos de ansiedade e de humor, síndromes psicóticas, síndrome das pernas inquietas e da boca ardente e no tratamento de vertigens e distúrbios do equilíbrio, em adultos e crianças. Em geral, seu uso é em quantidade (no mínimo 2 unidades), associado ao álcool, e é comumente chamado como a “droga do vacilo”, que se refere à sensação de “super-homem” causada e ao esquecimento posterior ao seu consumo.

poderá ser a próxima vítima da violência e da criminalidade, uma sensação difusa do medo, um dos ecos mais significativos da violência (Freitas, 2003).

O caso do “escarpam dourado”, ao qual fui presenteada, ilustra bem o caráter voluntário e aparentemente livre das prestações de dádivas roubadas. Era uma noite qualquer em um dos bares que costumava frequentar, quando os “envolvidos” começaram a chegar e sentar na mesa em que eu estava, gradualmente fui percebendo que eles voltavam de alguma “ação”: tinham bolsas femininas, joias, relógios, roupas, itens que eu nunca vi em posse de nenhum deles. Logo suas respectivas esposas e companheiras começaram a “dividir” os bens: “fico com esses óculos, olha, tem escrito gucci nele, deve ser caro, fiquei chique”; “quero esse anel que parece brilhante”. Outras coisas mais valiosas, como objetos eletroeletrônicos, começaram a ser oferecidos para as pessoas que estavam sentadas nas outras mesas por valores bem abaixo do preço de mercado.

Alguns dias depois eu vi a cena se repetir mais uma vez e quando questionei o porquê de eles agora terem aquela variedade de objetos escutei, em resposta, que estavam se especializando em um novo gênero de crime: o roubo em pousadas. As vítimas, em geral, eram mulheres de outros estados que vinham para Fortaleza comprar mercadorias para vender nas suas cidades de origem e costumavam realizar suas transações comerciais em dinheiro vivo, tornando-se um alvo vantajoso para a efetivação do crime. Alguém “dava a fita”⁹ e em posse das informações eles se hospedavam no local, e, na madrugada, anunciavam a ação efetivando o roubo aos hóspedes, tudo muito bem sincronizado e com cada um desenvolvendo uma função na ação. O objetivo das ações de fato nem eram as mercadorias que acabavam entran-

9 Termo nativo que designa o repasse de informações referente à determinada situação. No caso narrado, a pessoa que repassava a informação, dava a fita, era a que descobria a chegada de alguém, o valor aproximado que ela trazia e a pousada onde ficaria hospedada.

do na circularidade das dádivas roubadas, mas, sim, as cifras de dinheiro vivo que as vítimas costumavam portar. Os resultados desses roubos eram distribuídos entre as mulheres dos envolvidos e o que sobrava era vendido no mercado ilegal.

Durante esse período eu estava em vias de participar de um ensaio fotográfico e, como eu estava muito ansiosa, comentei com os interlocutores mais próximos que eu iria fazer as tais fotos. Dias depois, para a minha surpresa, em uma das distribuições dos roubos realizados, Cláudio chegou-me com um presente: "olha como é chique esse sapato. Dourado, fino, elegante, ele não cabe no pé da minha esposa então tô te dando pra tu usar nas tuas fotos que tu vai fazer". Ali eu estava sendo colocada na circularidade da dádiva, adquirindo uma obrigação moral de retorno, ou estava recebendo o retorno de uma dádiva já ofertada na relação de confiança construída cotidianamente? De fato, eu não sei ao certo o lugar que eu estava ocupando nessa economia moral das trocas, contudo, fica claro que me foi ofertado mais que um simples presente, e sim um passaporte de acesso a relações que ultrapassam a distância entre pesquisador e pesquisado, misturando questões utilitárias e simbólicas, com ações de interesse e desinteresse no interior das práticas sociais (Mauss, 2003).

Essa experiência de observar a distribuição dos produtos, ser presenteada e vê-los presentear outras pessoas mostra uma relação bem complexa com essas dádivas roubadas, que vão para além do lucro comercial na possibilidade de vendê-las. No universo simbólico do consumo de pessoas envolvidas com o mundo do crime sempre reverberam marcas que socialmente denotam algum status, há um processo mercadológico que fetichiza as mercadorias (Marx, 2013) transformando-as em objeto de desejo e aceitação social por parte daqueles que vivenciam processos de exclusão e invisibilidade nos seus locais periféricos de origem. Dessa forma, diante da impossibilidade de comprá-las, o roubo aparece como uma das formas possíveis de consumo.

4. Toda ação tem um elo, toda mercadoria tem um dono e todo dono tem uma facção criminal

A territorialização das disputas não é nada novo na história dos conflitos sociais do bairro, como aponta Diógenes (1998) em sua pesquisa sobre gangues e galeras da cidade de Fortaleza. Há inclusive algumas similitudes quando comparamos gangues e facções. Ambas atribuem uma essência à organização e às ações, sempre com a necessidade de destaque na operacionalização de dispositivos diversos e “[...] [inserindo os atores] dentro de uma rede de “proteção paralela”, onde a “circularidade da violência” condensa a proteção e agressão, onde atacar torna-se a regra básica de segurança” (p. 176).

A grande diferenciação reside no grau de letalidade adotado em um processo de disputa que criminaliza os territórios e os usuários desses. Enquanto com gangues a territorialidade era simbólica, com projeções de campos de guerra e refúgio, na era da faccionalização não é só o território simbólico em disputa, e sim todo o espaço definido geograficamente como bairro Benfica. Há em curso um processo de anexação dos territórios dividindo a cidade, sitiando-a em grupos diversos e com pretensões de hegemonização. Ademais, o próprio local tornou-se um campo de guerra ao ar livre, com conflitos interpessoais, bem como os pautados a partir das normas morais e as brigas causadas pelo controle dos mercados ilícitos de drogas, evidenciando as transformações sociais na maneira de fazer o crime (Paiva, 2019).

Ao longo do território do bairro é possível encontrar formas diferentes de articulação dos grupos locais que realizam o comércio da droga no varejo e no atacado, ora elas se configuram como *business model* – hierarquizado, configurado como uma empresa comercial, com a presença da arma de fogo e a fixação de pontos de venda da droga, em geral, do crack, cocaína e maconha do semelhante à prensada; ora como um tráfico de pista e um *free-lance model* (Grillo, 2008), – com menos expressões violentas,

comércio voltado a drogas mais caras como o skunk¹⁰, haxixe¹¹ e importadas, como LSD e êxtase, não hierarquizado e com ampla diversificação dos parceiros. Nessa categoria de empreendimento, as mercadorias são adquiridas, na maioria das vezes, em consignação, com vendas pulverizadas e do tipo delivery.

No período anterior ao processo de faccionalização do crime a organização dos mercados da droga no bairro era mais informal, formada por famílias, nativos e pessoas que viviam no local há bastante tempo, sem uma relação direta com a criminalidade violenta ordinária. Exemplo disso é a história do Adriano: nativo do bairro, nasceu e cresceu em uma das comunidades e, com a mãe e as irmãs, assumiu as funções do tráfico ainda menor de idade, vendendo principalmente crack e cocaína. Nas narrativas dos moradores, Adriano é frequentemente lembrado como um jovem que se perdeu muito cedo, em virtude do envolvimento com o crime e das apreensões dele, enquanto menor de idade, além de sua agressividade nas "paradas". Após a maioridade, ele foi preso três vezes, onde se encontra até o momento. Adriano é reconhecidamente alguém que "seguiu carreira no corre".

As estruturas do tráfico de drogas no bairro se assemelham a organizações empresariais familiares, com maior ou menor grau de concentração que variam conforme a frequência e a intensidade dos mercados ilícitos. Há implícito nessa estrutura uma busca por mais controle não só dos pontos de venda das drogas, mas também em saber de onde vem a droga que está sendo vendida e quem são os "correrias¹²" que as estão "repas-

10 Categoria de cannabis de odor e efeito mais fortes. É uma droga de alto valor comercial, podendo passar dos R\$ 150,00 uma grama.

11 Outro derivado da cannabis, é exsudato resinoso seco, extraído do tricoma, das flores e das inflorescências da planta. Com alto valor comercial, sua grama pode passar dos R\$ 300,00.

12 "Correrias" é um termo nativo que designa as formas de sobrevivência nas periferias da cidade de Fortaleza. É utilizado amplamente relacionado ao tráfico de drogas. O termo vem do verbo correr, que significa movimento, correria e busca. Os "correrias", pessoas que fazem parte dessa engrenagem, podem ser de maior ou menor porte a depender da sua posição nos grupos. O corre aparece como efetivação das correrias.

sando”. A família de Adriano é emblemática dessa categoria organizacional, nativos do local, eles atuam em atividades que se situam entre o legal e ilegal, no ramo de empréstimos a juros, conhecido popularmente como agiotagem. Ademais, se organizam como uma empresa familiar na qual cada um desempenha um papel organizacional na engrenagem do comércio de drogas: a mãe atua como a “dona do pedaço”, enquanto os filhos e primos fazem, respectivamente, as funções de gerente, endolador, vapor e avião.

Além da família de Adriano, existem outros grupos que controlam o comércio ilícito no bairro com atuações nas comunidades e nos locais simbólicos. Essas “firmas”, em alusão aos aspectos empresariais, no entanto, vivenciam nos últimos anos um processo de seletividade, pois, com o fenômeno da “faccionalização” do crime, só se mantém aquelas que estabelecem alianças com os novos arranjos de domínio local, ou aquelas que sobrevivem a guerra. Ao longo do território do bairro se espraíam diversos pontos de venda de droga, as bocadas, sejam elas “clássicas”, fixadas em um território, com amplo domínio armado, cuja defesa e manutenção é feita com o uso da arma de fogo e uma estrutura organizacional hierarquizada; sejam elas “modernas”, simbólicas e não físicas, que se deslocam à medida que o fluxo consumidor se transfere e em espaços cujo domínio se efetiva através da pressão e do medo exercido sobre os demais; que estão em disputas, principalmente pelo CV e GDE.

Outra figura presente nessa disputa e ainda muito marcante na dinâmica local é o microtraficante, revendedores individuais, autônomos, não faccionalizados, com baixa margem de lucro, com pequeno fluxo de vendas, diversidade de parceiros e drogas pagas em consignação ou à vista. Como durante muito tempo os domínios locais se davam nas comunidades, se espalhou ao longo dos espaços simbólicos do bairro essa outra categoria de modelo de articulação das atividades comerciais para dar conta da venda, crescente, de maconha e cocaína.

No Benfica os dois modelos, *business model* e *free-lance model*, coexistem, se misturam e se hibridizam gerando uma realidade própria na dinâmica do crime local. Contudo, há em curso uma disputa que busca uma microrregulação do comércio da droga, determinando de qual grupo comprar, quem pode ou não vender, qual variedade droga será comercializada e qual é o preço base que todos devem seguir, abaixo disso é considerado deslealdade na disputa pelo cliente. Esses agenciamentos cotidianos buscam garantir que “só os nossos”, aqueles que se agregam a determinados coletivos criminais, possam realizar o comércio e tantas outras práticas ilícitas, em que até roubar é permitido, diferentemente de outras comunidades da cidade de Fortaleza “faccionalizadas”, desde que o roubo seja efetivado por alguém leal que compõe a relação social local do crime.

“O que está em jogo nisso tudo são microrregulações do negócio da droga, a sua face miúda, poderíamos dizer, que se conecta com os fatos e circunstâncias, artefatos e redes sociais que compõem a vida local” (Telles & Hirata, 2007). Ressalto ainda que a complexificação do cenário só ocorreu após a expansão dos “batizados”¹³ vinculados às facções criminais. Antes disso, a disputa local era mais pontual e concentrada, principalmente, nas comunidades. Posteriormente, os conflitos passam a ser espalhados em todo o território do bairro, condensando-se, principalmente, nos espaços simbólicos: praças, universidades, bares e demais locais de lazer e sociabilidade.

Diante disso, a organização das atividades relativas ao comércio local das drogas é o que mais sofre alterações com a normatização do crime advindo da faccionalização. Esses dois fenômenos

13 A expressão “batizados” designa pessoas arrematadas pelos coletivos criminais, que passaram por um ritual solene de entrada que envolve: um apadrinhamento que certifica a disposição para os negócios, uma apresentação oficial as lideranças e a efetivação de uma parada ou a venda de uma determinada quantidade de droga. Os batizados seguem as regras estabelecidas, em alguns casos, pagam mensalidades e têm acesso facilitado à compra de armas e drogas.

sociais, articulados, atuam no território como elemento que causa a exclusão social, o afastamento de grupos antes considerados aliados e uma sensação de se viver em um bairro dividido, com alguns pontos sitiados.

O “corre” vai se efetivando através das alianças laterais de seus membros, que constituem diagramas de poder que tangenciam uma conjunção de fluxos expressos em um sistema de ação que envolve diversos elementos, tais como: drogas, armas, dinheiro, mulheres, status, poder e pertencimentos. Seu capital é exercido através da violência e do mandonismo que tentam garantir, além da manutenção dos pontos de venda das drogas, um ambiente com maior grau de controle e coerção, onde a venda e o consumo passam a ser regulados por regras morais específicas criadas pelo crime local.

Essas frágeis relações de força entre facções criminosas na efetivação dos seus corres e correrias, nas prisões e nas ruas do Ceará, precipitam disputas pelos territórios e redes de poder nas comunidades, situação marcada pelo incremento da violência e do poder de mando mobilizados pelos mercados ilícitos. Esse cenário se intensifica à medida que o crime passa a ser ordenado por essas organizações que buscam a normatização do comércio da droga nos territórios. Nesse novo panorama conjuntural, toda ação tem um elo, toda mercadoria tem um dono e todo dono tem uma facção criminal. Esses elementos ora são aliados, ora são inimigos e o que define isso agora são acordos costurados nos presídios e não mais a disputa da rua.

Conclusão

No Benfica os agenciamentos dos coletivos de tráfico de drogas operam de forma singular e particular, diferente dos modos que assumem em outras comunidades na cidade de Fortaleza. Antes da faccionalização, os crimes de roubos e furtos sempre ocorre-

ram sendo presentes no território do bairro, após esse processo, dado a complexidade de ter, inicialmente, quatro facções fazendo a disputa das comunidades locais, a normatização dessa categoria de crime nunca foi delimitada. Havia, contudo, um certo entendimento de ser "proibido roubar nas quebradas", no entanto, isso não foi posto em muros, ou publicizado como um salve normativo das facções, tampouco gerou punições ou "tribunais do crime". O maior impacto da faccionalização ocorreu na organização dessas ações, que passaram a ser mais racionais, com o uso expansivo da arma de fogo, definição de papéis, maior organização burocrática e a busca por alvos com altas possibilidades de lucros. Houve inclusive tentativas de pixar e regular assaltos e roubos, contudo, como se tratava de uma ação individual e não uma norma do comando, o ato não foi efetivado justamente pelo receio do que poderia causar com o coletivo criminal aliado, os inimigos e com a polícia

No tráfico de drogas, impactado diretamente pela normatização das facções, as grandes diferenças residem nas conexões, no grau de violência e nas tentativas de homogeneização, que elevaram a taxa de letalidade do conflito e causaram uma corrida armamentista em busca de alguma possibilidade de proteção. A família do Adriano, por exemplo, mesmo tendo um empreendimento de tráfico organizado e bem-sucedido, tinha a atuação limitada há apenas uma única rua da comunidade, não chegando nem a ter o domínio na totalidade, muito menos com possibilidade de disputa em outros locais, além de não ter grandes conexões com outros fluxos do tráfico de drogas na cidade. Outro processo advindo da faccionalização foi o encolhimento, em alguns casos extinção, das empresas do tráfico familiar, microtráfico, diminuição da concorrência de outros e aumento do tráfico em escala, interconectado, onde o mercado é de um padrão e dividido entre as suas "correrias".

Referências

Barreira, C. Violência difusa, medo e insegurança: as marcas recentes da crueldade. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 01, 2013, p. 05.

Brasil. **Diagnóstico dos homicídios no Brasil**: subsídios para o Pacto Nacional pela Redução de Homicídios. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2015

Cerqueira, Daniel et al. **Atlas da Violência 2019**: retratos dos municípios. IPEA: Rio de Janeiro, 2019.

Diógenes, Glória. **Cartografias da cultura e da violência**: Gangues, galeras e o movimento hip hop. 381p. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1998.

Espinosa, Nicolás. Etnografia de la violencia en la vida diaria. Aspectos metodológicos de un estudio de caso. In: **Informe de investigación**. Universitas Humanística, Bogotá, nº 67: enero-junio/2009, p. 105-125.

Freitas, Geovani Jacó de. **Ecos da Violência**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

Grillo, Carolina Christoph. O “morro” e a “pista”: Um estudo comparado de dinâmicas do comércio ilegal de drogas. **Dilemas**, Rio de Janeiro, 2008, p. 127-148.

Igarapé, Instituto. **Alternativas para a Segurança e o Desenvolvimento**. Relatório de atividades 2012. Rio de Janeiro, 2012.

Lima, Renato Sérgio de; Bueno, Samira. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2014**. São Paulo, ano 8, 2014.

Manso, Bruno Paes; Dias, Camila Nunes. PCC, sistema prisional e gestão do novo mundo do crime no Brasil. **Rev. bras. Segurança pública**, São Paulo, v. 11, n. 2, Ago/Set 2017, p. 10-29.

Marx, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro 1: o processo de produção do capital. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

Mauss, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. Trad.: Paulo Neves. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

Misse, Michel. Crime organizado e crime comum no Rio de Janeiro: diferenças e afinidades. **Revista Sociologia Política**, Curitiba, v. 19, nº 40: outubro/2011, p. 13-25.

Moraes, Suaiany Silva de; Siqueira, Ítalo Barbosa Lima. Corpos dilacerados: violência urbana e o cenário de crescentes conflitos em Fortaleza. In: 31ª Reunião Brasileira de Antropologia [recurso eletrônico]. Brasília: **Anais**, 2018.

Paiva, Luiz Fábio Silva. "Aqui não tem gangue, tem facção": as transformações sociais do crime em Fortaleza. Brasil. **Cadernos do CRH**, v. 32, n. 85, 2019, p. 165-184.

Siqueira, Ítalo B. L. Rebeliões, fugas, motins e massacres: crises no sistema penitenciário do Amazonas. In: Seminário Internacional de Pesquisa em Prisão, 3º, Recife: **Anais** – 3º Seminário Internacional de Pesquisa em Prisão, 2017.

Telles, Vera da Silva; Hirata, Daniel Veloso. Cidade e práticas urbanas: nas fronteiras incertas entre o ilegal, o informal e o ilícito. **Estudos Avançados**, 21 (61): 2007, p. 173-191.

Recebido em 31/05/2021

Aprovado em 27/11/2021